

Parecer nº 118/98

Data: 1998.09.23

Proc. n.º 440-B

Requerente: Erik Otto Hansen

I – O pedido

1. Erik Otto Hansen, identificado no processo, vem requerer parecer favorável para acesso aos seguintes dados referentes a sua esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen, que foi internada em 6 de Março de 1998 no Hospital de Santo Espírito, Angra do Heroísmo, e aí operada em 26 de Março de 1998, tendo vindo a falecer em 19 de Abril de 1998, no Hospital de Santa Maria, Lisboa, depois de ter sido ainda internada e tratada no Hospital de Ponta Delgada:
 - 1.1. Informação circunstanciada sobre o estado clínico da Maria Fernanda quando entrou no Hospital de Santa Maria e sobre se ela corria então risco de vida.
 - 1.2. Informação sobre a evolução do estado clínico da Maria Fernanda desde 26 de Março de 1998, data do seu internamento nesse Hospital de Santa Maria, e sobretudo desde 27 de Março de 1998, data em que ela foi internada no S. 0. do Serviço de Cirurgia Cardiovascular desse hospital, até à data do seu falecimento a 19 de Abril de 1998.
 - 1.3. Informação sobre qual o conhecimento, por esse Hospital de Santa Maria, acerca do motivo do internamento da Maria Fernanda no Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, ocorrido pelas zero horas do dia 6 de Março de 1998, particularmente o diagnóstico da doença, a intervenção cirúrgica e os eventuais acidentes ou incidentes havidos durante esse acto cirúrgico realizado naquele Hospital de Santo Espírito e que motivou toda esta conjuntura, bem como o(s) motivo(s) da evacuação da doente para o Hospital de Ponta Delgada.

- 1.4. Informação sobre qual o conhecimento, por esse Hospital de Santa Maria, dos acontecimentos prévios que levaram à evacuação da Maria Fernanda do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, para o Hospital de Ponta Delgada, ocorrido cerca das 13H00 do dia 16 de Março de 1998, particularmente o(s) motivo(s) de internamento, o(s) diagnóstico(s) realizado(s), o(s) problema(s) e dificuldades havidas na interpretação do quadro clínico, o relatório da intervenção cirúrgica, o prognóstico realizado aquando do internamento no Hospital de Ponta Delgada, o(s) motivo(s) da transferência da Maria Fernanda para o Hospital de Santa Maria.
- 1.5. Informação sobre qual o motivo do internamento no Hospital de Santa Maria, qual a interpretação do contexto clínico da doença, quais os problemas existentes aquando do internamento, qual o prognóstico realizado face aos problemas clínicos, incluindo o prognóstico sobre a eventual qualidade de vida da Maria Fernanda, com referências às mais prováveis deficiências e lesões permanentes e respectivos tratamentos, em caso de sobrevivência.
- 1.6. Fotocópia dos relatórios de todos os exames complementares de diagnóstico efectuados nesse Hospital de Santa Maria à aludida doente desde a data do seu internamento em 26 de Março de 1998 até à hora do seu falecimento (20H00 do dia 19 de Abril de 1998).
- 1.7. Fotocópia do relatório circunstanciado da autópsia realizada à Maria Fernanda em 21 de Abril de 1998.
- 1.8. Fotocópia do certificado de óbito da Maria Fernanda.
- 1.9. Informação sobre os nomes e as moradas completas das seguintes pessoas:
 - Director do Serviço de Cirurgia Cardiovascular do Hospital de Santa Maria;

- Chefe da equipa médica do Serviço de Cirurgia Cardiovascular e dos restantes clínicos que a compunham, a quem foi distribuída a referida doente Maria Fernanda desde 30 de Março de 1998 até ao seu falecimento em 19 de Abril de 1998.
 - Médico de serviço ao S. O. do Serviço de Cirurgia Cardiovascular, que terá elaborado o certificado de óbito da Maria Fernanda;
 - Todos os médicos que hajam examinado a Maria Fernanda ou tenham, de qualquer modo, intervindo na conjuntura durante o período do seu internamento nesse Hospital de Santa Maria, tais como Intensivistas, Nefrologistas, Hematologistas, Neurologistas, etc.;
 - Chefe e demais elementos da equipa que procedeu à autópsia realizada ao cadáver da Maria Fernanda.
2. Alega o requerente que necessita de aceder a tais dados para melhor conhecer e compreender as causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

II – Os factos

1. Considera-se provado o falecimento da Maria Fernanda Data Franco Hansen através do assento do seu óbito, de que se juntou fotocópia ao processo. Tal assento de óbito também confirma o alegado vínculo conjugal, para cuja prova concorre uma fotocópia, junta aos autos, do assento do respectivo casamento, que se celebrou em Copenhaga, Dinamarca, em 26 de Março de 1982, e de onde consta ter o assento sido registado na Conservatória dos Registos Centrais em 24 de Março de 1983.
2. Também se considera assente que, como o requerente alega, o conhecimento dos dados a que ele pretende ter acesso lhe é necessário para melhor compreender as

causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

III - O Direito

1. A alínea *b)* do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), define “documentos nominativos” como “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”; e a subsequente alínea *c)* considera “dados pessoais” as “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

Os dados a que o requerente pretende ter acesso estão, pelo menos em grande medida, abrangidos por esta reserva de intimidade da vida privada, pelo que estamos perante documento nominativos, sendo também certo que tais informações assumem o carácter médico previsto no nº 2 do artigo 8º da LADA.

2. A LADA permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações de carácter médico desde que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- Indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

Estes condicionamentos ao acesso a dados pessoais de terceiro só caducam 50 anos após a sua morte (artigo 7º, nº 2, do Decreto Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro).

3. Entende esta Comissão que a um terceiro, que seja familiar muito próximo de pessoa falecida, como é o caso do seu viúvo, assiste tal interesse directo e pessoal sempre que o conhecimento dos dados clínicos a que ele pretenda aceder seja necessário para esclarecer dúvidas razoavelmente fundadas sobre a causa da morte da pessoa a quem dizem respeito ou sobre a qualidade do tratamento clínico a que se tenham submetido.
4. Estão assim reunidos os requisitos legais bastantes para fundamentar o interesse directo e pessoal do requerente Erik Otto Hansen no pretendido acesso a dados pessoais da sua falecida esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen.

IV – Parecer

1. Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Erik Otto Hansen a todos os dados que se enumeraram nos parágrafos 1.1 a 1.9 do capítulo I na medida em que constem de registos ou documentos produzidos ou possuídos pelos serviços do Hospital de Santa Maria, de Lisboa.
2. Tal acesso será facultado através de médico a designar pelo próprio Erik Otto Hansen.
3. Envie-se cópia deste parecer ao requerente, ao referido Hospital de Santa Maria e ao Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Aprovado na sessão da Comissão de 23 de Setembro de 1998.

Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).